

## Irani: O Berço do Contestado

Município de Irani - Estado de Santa Catarina

Irani: O Berço do Contestado

Professor: Jucemar Antonio Souza da Luz

Irani - SC - Setembro 2024

## Irani: O Berço do Contestado

A história do Município de Irani, no Estado de Santa Catarina, está marcada por uma série de acontecimentos anteriores a sua formação com características diplomáticas, políticas, sociais e econômicas, os quais influenciaram diretamente para a eclosão do Combate do Irani, e como continuidade, a Guerra do Contestado. A qual, julgamos em seu teor, ter sido desnecessária, inútil e portanto, poderia ter sido evitada, mas acabou acontecendo.

Mas como ela não foi evitada, ocorreu em nosso solo o Primeiro Combate da Guerra do Contestado, denominado como “O Combate do Irani. Nas citações e comentários abaixo, julgamos ser importantes reflexões sobre a expressão que usamos historicamente e buscamos a sua legalização, com a expressão “Irani: O Berço do Contestado”.

Analisaremos o contexto em que as terras de Irani são incluídas neste embate, julgando ser importante, uma reflexão sobre as questões diplomáticas, iniciando por Rodrigues (1995) afirmando que:

*“Os antecedentes históricos da questão de Palmas remetem aos efeitos dos tratados de Tordesilhas de 1494, de Madrid de 1750, e de Santo Ildefonso de 1777, que objetivaram a delimitação das fronteiras do que, posteriormente, seria o Brasil. Esses efeitos prolongaram-se desde a colônia até o império. Com relação à fronteira com a Argentina, esses tratados do século XVIII estabeleceram como demarcadores da fronteira entre a província de Misiones (Argentina) e a região de Palmas (parte dos estados do Paraná e de Santa Catarina) os rios Pepiri-Guaçu e Santo Antônio.*

O Brasil e a Argentina possuíam uma disputa territorial, na região oeste entre os estados do Paraná e Santa Catarina, ocorrido entre os anos de 1889 e 1898, conhecido por nós como Questão de Palmas, e pelos argentinos como Questão de Misiones.

O primeiro movimento ocorreu em 1889, quando Brasil e Argentina assinaram um tratado que submetia a disputa à arbitragem internacional. Como a Espanha não aceitou arbitrar a questão, ambos os países tentaram resolver a questão por meio de negociações diretas, mas as divergências das posições dos governos sobre a delimitação da fronteira, fizeram as negociações fracassarem.

Dando prosseguimento às negociações, Brasil e Argentina assinaram o Protocolo de Taques-Vedia, um acordo que previa a criação de uma comissão mista para delinear a fronteira na região em litígio, mas a comissão não conseguiu chegar a um acordo.

A questão de limites foi decidida em 1895, quando a arbitragem foi entregue ao Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, cuja decisão a favor do Brasil, acabou estabelecendo a fronteira nos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Desta forma, com a assinatura do Tratado de Limites, oficializando a decisão de Cleveland,

encerrou a Questão de Palmas, com a utilização do “Mapa das Cortes, de 1749, e da Instrução Particular de 1758 - de que nos dá notícia Araújo Jorge - além da rica exposição brasileira feita pelo Barão do Rio Branco. A fronteira entre Brasil-Argentina foi delimitada pelo Tratado de 6 de outubro de 1898, com base no Laudo Arbitral de 5 de fevereiro de 1895, e demarcada entre 1901 e 1904”.<sup>1</sup>

Um detalhe importante se faz necessário neste momento, são as informações obtidas no Atlas Histórico do Brasil, citando a direta influência de Rio Branco que reuniu toda a documentação histórica e cartográfica sobre a região litigiosa, valendo-se dos documentos existentes no Brasil, mas recorrendo, sobretudo, a arquivos europeus – especialmente portugueses e espanhóis – e, fundado no princípio do *uti possidetis* da época da independência, comprovou não somente a presença brasileira na região até os rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio desde o século XVII, como a correta interpretação do mapa de 1749, e das instruções especiais dadas aos comissários demarcadores da fronteira estabelecida pelo Tratado de Madri - <sup>2</sup>

O mesmo termo *uti possidetis* utilizado pelo Brasil para justificar a sua posse das terras sobre a Argentina, não foi respeitado quando o assunto se referiu ao caboclos. Observamos a justiça sendo aplicada apenas quando há interesse governamental. Isso sem dúvidas, foi um dos agravantes em relação aos caboclos, agora, judicialmente considerados como posseiros.

Para encerrar a questão diplomática, julgamos ser importante citar que a Questão de Palmas foi um capítulo importante nas relações diplomáticas entre Brasil e Argentina, pois apesar da tensão gerada pela disputa, a resolução pacífica por meio da arbitragem internacional serviu como um modelo para a solução de outros conflitos entre os dois países, mas não serviu de modelo para resolução das questões internas, que nada pacífico foram.

Findada a questão de limites internacionais, inicia a questão entre os estados. Onde ocorreram algumas batalhas judiciais até o arbitramento ser realizado, notadamente no campo político, na imprensa da época, através das páginas dos jornais. Na visão de MACHADO, 2004

*“O litígio entre catarinenses e paranaense remonta à época em que o Paraná ainda fazia parte da então província de São Paulo e se referem à disputa pela jurisdição do território compreendido como “[...] planalto serrano, mais especificamente das terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguaçu, e ao sul de Rio Negro”.*

As tensões foram avançando para a esfera jurídica, quando Santa Catarina entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal, onde obteve sucessivas vitórias sobre o Paraná a partir de 1904. Mas, essas conquistas foram temporárias, já que os paranaenses, através de seus advogados, conseguiram barrar a execução da sentença por meio de embargos. (MACHADO, 2004, p.84

Como complemento, julgamos ser interessante também a visão de QUEIROZ. 1966, relatando que as tensões estavam:

*Complicando ainda mais a situação social de Serra-Acima, tornava-se aguda, nos primeiros anos do século XX, a questão dos limites entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina. Depois de tentativas improfícuas de arbitramento, Santa Catarina movera ação judiciária contra o Estado vizinho, a fim de que esse fosse obrigado a respeitar os limites considerados legais e a restituir os territórios pertencentes ao primeiro. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal condenou o Paraná, mas os advogados deste interpuseram embargos e conseguiram sustar a execução da sentença. Tais fatos provocaram agitações em ambos os Estados, acirradas pelos respectivos governos. P 67*

Evidenciamos assim, uma forte tensão entre os estados, nas seguintes situações, destacadas por Queiroz:

*“Em 1905, auxiliado pelo comissário de polícia de Canoinhas, Demétrio Ramos recrutou um pequeno exército de 600 homens, armados a combain, e mantidos não só pelo governo catarinense, como também por algumas casas comerciais de Canoinhas interessadas na erva-mate. (...)*

*1909, Aleixo Gonçalves de Lima, Capitão da Guarda Nacional, e, tal como Demétrio Ramos, antigo maragato, capitaneando cerca de 500 homens e auxiliado pela polícia catarinense, transpôs o Rio Preto, e invadiu o território do Paraná, proclamando que visava impedir a cobrança dos impostos estaduais. Fez retirarem-se dali os funcionários do fisco e um pequeno destacamento policial. A façanha teve mais o caráter de um protesto. Poucos dias depois, o chefe de polícia do Paraná, à frente de um grande destacamento, restabeleceu as barreiras e deixou no local guarnição suficiente. P.68*

*(...) Esses embates e escaramuças em virtude da questão de limites entre os dois Estados não só contribuíram para manter agitada parte da população de Serra-Acima, mas levaram também a que se familiarizassem com o manejo das armas e as técnicas militares muitos sertanejos. P.69*

Pelo que podemos observar, a região estava sendo alvo de muitos interesses estaduais, mas ao mesmo tempo, não havia nenhum investimento na melhoria das condições de vida dos caboclos que ali residiam. Não tinham acesso a educação, justiça e nem mesmo a religião. Como podemos observar, eles não eram nem números, pois não havia um registro confiável de pessoas espalhadas por aqueles imensos campos.

Mas as coisas iriam piorar e muito a situações desses deserdados, pois temos a construção da estrada de ferro, cortando as terras ao lado do rio do Peixe. E, em novembro de 1911 a companhia publicava um edital em que dizia:

*"Este faz saber a todos que é expressamente proibido invadir ou ocupar os terrenos pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, situados em ambas as margens do rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estadual, a Companhia de Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ela" (in jornal Palm. 5-11-1911)*

Neste contexto, temos agora os seguintes cenários:

De um lado os caboclos, acreditando que o *uti possidetis* pudessem lhe transmitir algum direito sobre as terras e proteção do seu pequeno domínio. Em relação a estes moradores, CABRAL (1937) lembra que:

*“O caboclo da região, valente embora humilde, foi ainda vítima de mais uma injustiça. Sobre o Vale do Rio do Peixe, em terras devolutas, instalara, aqui e além, o seu rancho, a sua pequena roça. Vivia rudimentarmente, esquecido no meio do mato. Lembraram-se dele, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara. A concessão feita à São Paulo - Rio Grande, de quinze quilômetros de cada lado da linha, desalojou os intrusos, posseiros de muitos anos, das terras marginais”.*

Do outro lado, a poderosa Brazil Southern Colonization Company, construtora da estrada de ferro e dona do documento de concessão das terras onde hoje fazem parte as terras do Meio Oeste Catarinense. Queiroz complementa a informação, afirmando que “a empresa ganhou na justiça local dezenas de ações contra os que pretendiam valer-se, diante de seus pretensos direitos, do usucapião. Uma onda de horror varreu todo o território. P. 73

O jornal tribuna, reforça de forma pontual esta situação, afirmando que:

*“Gente que há quase um século povoou estes campos devolutos é de repente surpreendida com a notícia de venda ou arrendamento a terceiros, os quais, armados do título de propriedade, não tardam a procurar desalojá-la como intrusa”*

Observamos assim, que estava se formando um grupo social de fragilidade visível. Estes homens que perderam tudo, reagem e transformam o solo sagrado em um combate, depois em uma guerra, algo nunca imaginado até aquele momento e também, sem a percepção de que estes acontecimentos teriam trágicos destinos.

Vamos somar a todos estes acontecimentos históricos e até então isolados, o fato do monge José Maria (Miguel Lucena de Boa Ventura) ter aparecido na Festa do Senhor Bom Jesus (Festa do Divino) na localidade de Taquaruçu, e acabou ficando muito popular, ao curar a esposa do fazendeiro Henrique de Almeida. Fato este que fez crescer a fé pela cura do corpo, para uma grande população desesperada, à procura de um milagre. Como o agrupamento de pessoas em torno do monge estava ficando nítido; o Coronel Francisco de Albuquerque, superintendente da região de Curitibanos, de acordo com a sua interpretação dos fatos e de posse da sua autoridade a ele repassada, telegrafou ao Governador de Santa Catarina Vidal Ramos, que ordenou o deslocamento de soldados da Polícia Militar do Estado.

Na imprensa do Paraná, a informação do telegrama do coronel Francisco de Albuquerque que havia provocado alarme em Florianópolis, acabou por despertar atenção máxima em Curitiba e foi repercutir até mesmo na imprensa do Rio de Janeiro. (...) “uma grave sublevação com o intuito de restaurar a Monarquia” (jornal pt 25-9-1912).

Pronto. Estava traçada a sequência da nossa história, mesmo que ninguém soubesse, que seria o início das cenas mais trágicas vividas em nossas terras, pois não havia nada a fazer, e de acordo com QUEIROZ (1966, p.94):

*Das centenas de pessoas que o cercavam, apenas 40 homens, fortes, valentes, ainda na flor da idade, é que o acompanharam em sua retirada; os outros se*

*dispersaram. Entre os que partiram com o monge iam os pares de França, membros da guarda que José Maria tinha organizado. Todos seguiam a cavalo, porém poucos estavam armados. Na verdade, fugiam. Primeiro para Catanduvas [...] depois para os campos do Irani, no município de Palmas (Paraná).*

Assim, pelo que se percebe, na tentativa de evitar um conflito em Taquaruçu, o monge seguiu para o oeste do território Contestado. “Após avistar as tropas comandadas pelo coronel Pedreira Franco, estacionadas desde o dia vinte e oito de setembro na estação do Caçador da EFSPRG” segundo o jornal DIÁRIO DA TARDE, 07 out. 191), o monge “atravessou o Rio do Peixe e foi buscar refúgio nos campos de Palmas, mais precisamente na localidade do Irani.”

A essa altura, os periódicos noticiavam diariamente o caso da suposta proclamação monárquica envolvendo José Maria. Quando começaram a tomar conhecimento de que o monge estava tentando fugir da região, não deixaram de tecer comentários sobre quais seriam as direções que os seus passos lhe levariam. Entretanto, as notícias dos caminhos que José Maria estaria percorrendo em sua fuga no jornal O Dia somavam-se à valorização das providências tomadas pelo governo catarinense e ao destaque para o empenho que vinha sendo feito para prender o monge. Já os jornais paranaenses, A República e Diário da Tarde, reforçavam a concepção de que tudo não passava de um plano catarinense atrelado à Questão de Limites, ressaltando que, no máximo, tratava-se “de uma tempestade em copo d’água” (A REPÚBLICA, 28 set. 1912), mas que, mesmo que fosse uma armadilha catarinense, não pegaria “[...] desprevenido o Paraná que está convencido de haver um segundo fim em todo esse aparelhamento para debelar um levante que, a ser real, não reveste importância alguma (A REPÚBLICA, 27 set. 1912).

Esta é mais uma questão para se levar em conta de que, com os ânimos acirrados há quase uma década, fez com que o Governo do Paraná, com a entrada de José Maria nos Campos de Palmas, fosse visto como uma ofensiva imediata. E desta forma, a imprensa paranaense se refere a entrada do monge José Maria, em Irani, nos Campos de Palmas, como sendo: “Invasão Catarinense! O Paraná se levantará como um só homem para defender seus direitos, embora odeie o derramamento de sangue” (DIÁRIO DA TARDE, 01 out. 1912).

Portanto, o Combate do Irani foi arquitetado - não intencional - por diversos acontecimentos anteriores, e como haviam questões em litígio não aceitos, o território acabou sendo tomado pela repressão. Mais uma prova de que o combate não devia ter ocorrido. Portanto, injustificável.

No combate do Irani, ocorrido em 22 de outubro de 1912, temos um fator nunca ocorrido na História mundial. O fato de que os dois líderes acabaram morrendo no mesmo combate. O Coronel João Gualberto Gomes de Sá Filho, homem com uma qualificação incomparável, digamos até invejável, acabou tendo seu ciclo encerrado no episódio histórico do Combate do Irani. No mesmo conflito, o monge José Maria, sendo considerado até hoje pelos caboclos a qual uniu pelo mesmo ideal, como um herói

durante a vida, mas principalmente após a sua morte o qual os restos mortais repousam no Sítio Histórico do Contestado. Mais 21 bravos homens - soldados e caboclos - que desempenharam suas funções e crenças da melhor forma possível e que dividem a permanência na vala dos 21, que se preserva a todo custo com suas características originais, como uma forma de conscientizar os homens públicos da atualidade, para refletirem muito bem sobre as ações e divulgações de suas decisões, para evitar conflitos que possam lembrar a Guerra do Contestado.

Durante as informações a cima, citamos algumas obras, autores, citações e situações de grandes autores. Por isso, aqui, antes de finalizar esta defesa, mencionamos de forma aberta, a grandiosidade dos estudos sobre a Guerra do Contestado, pelo pesquisador e Professor Paulo Pinheiro Machado, em suas publicações de “Lideranças do Contestado” em 2004, que foi consequência direta das análises durante a elaboração da sua tese de doutorado de 2001. Além da organização da obra “A guerra santa do Contestado tintim por tintim”. Sua obra tornou-se um grande marco nos estudos sobre a guerra, tratando da formação da região, dos contatos entre colonos e índios, da importância do caminho das tropas e da organização social da zona contestada. Seu objetivo foi analisar as origens sociais, a formação e a atuação política dos líderes sertanejos, principalmente entre os anos 1914 e 1916, período do conflito que o autor denomina de o “tempo do jaguncismo”, quando os enfrentamentos entre sertanejos e forças oficiais aumentam e o cerco comandado pelo General Setembrino de Carvalho é imposto contra os sertanejos, além de analisar as primeiras lideranças religiosas e a influência dos monges no cotidiano dos caboclos.

Este pesquisador também comenta sobre os acontecimentos que envolvem a Batalha do Irani, mostrando o que levou José Maria a ser perseguido pelas tropas do Estado de Santa Catarina e se dirigir à região do Irani, bem como apontando que João Gualberto saiu de Curitiba com ordens claras de não apenas dispersar o movimento, mas de levar consigo alguns sertanejos para que eles desfilassem pelas ruas de Curitiba. Também destaca que no “[...] Irani havia muita tensão acumulada em torno da disputa de terras com uma companhia frigorífica, que estava ameaçando açambarcar as terras de fazendeiros e pequenos sitiantes da região” (MACHADO, 2004, p. 183).

Outra contribuição importante do autor foi a divulgação do Decreto nº. 3.492, de 19 de janeiro de 1918, que anistiou todos os indivíduos envolvidos no conflito do Contestado, no Paraná e Santa Catarina. Sendo assim, não se justificam mais nenhuma forma de agressão, prisão ou qualquer outra questão que reprimissem seus participantes,

Por conseguinte, gostaríamos de fazer algumas citações de monografias de professores iranienses, que pesquisaram e se aprofundaram na historiografia local, para valorização dos caboclos e sertanejos e desde a época desejam colaborar de forma consciente para que os descendentes se sintam valorizados e desenvolvam um sentimento de pertencimento;



A primeira reflexão é proferida pela professora Maria Onilce Ferreira do Amarante, salientando que: "Este homem é o 'caboclo do contestado' que fez uma luta nacionalista que consolidou em definitivo as nossas fronteiras. Uma luta ecológica contra a devastação dos nossos recursos naturais. Uma luta contra a opressão pois não admitia ser escravo daquilo que era seu, a terra. Todos nós habitantes do município de Irani, SC, devemos muito ao caboclo do contestado, mas infelizmente durante muitos anos esse fato parece ter sido tratado com grande descaso no município." (2000. p.08)

Para a professora Margarida Gazzoni Zenaro, "este povo com descendência indígena são submetidos ao passar do tempo à miscigenação racial e cultural com os bandeirantes e espalharam pelos campos e matas, os ancestrais dos futuros caboclos, originando assim o homem caboclo "cidadão do planalto catarinense proletário do campo, do sertão e da roça, era o sertanejo, o caipira, matuto e acanhado, lento no pensar e no falar, bastante místico e desconfiado, aquele que em breve lutaria com o corpo e alma para conquistar apenas um pedaço de chão. (Zenaro,1999. p.07)

De acordo com Maria Onilce (2000), "o tempo dos redutos deixou marcas profundas na memória dos envolvidos e também nos seus descendentes. Não podemos negar a presença de marcas indeléveis que permanecem até os dias atuais".

O silêncio dos sertanejos foi durante muitos anos, a única resposta à condição de vencidos que lhes foi imposta. O clamor pela terra brada aos céus ainda hoje. Terra entendida pelo caboclo como instrumento de trabalho, lugar onde se poderia e pode viver com a família, produzir alimentos, terra onde estão enterrados seus antepassados". (2000. p 73) o silêncio foi e continua sendo uma imposição a estas famílias, que se sentem menosprezadas por algumas interpretações da História, que aos poucos está sendo reconstruída.

Segundo Jucemar da Luz, "uma população que ficou conhecida como fanáticos, jagunços, sertanejos, caboclos e bandidos. Eles sofreram toda sorte de repressão. A maior delas foi a epopeia do contestado. subjugados, foram obrigados a trabalhar, quase como escravos, nas obras da ferrovia SP-RS, uma das causas da mais sangrenta e duradoura guerra em território catarinense". (2004. P. 16)

Temos como complemento fundamental, de acordo com a professora Elenita Ribeiro (2005. p.09): "contamos a história de uma sociedade que sobreviveu, 'diante do perigo de guerra enfrentando perseguições militares, enfim o conflito da região contestada, onde imperava as leis dos coroneis, grupos comandantes das propriedades agrárias e da política no país. (...) A cultura cabocla se fez muito forte, enraizada, pois como pioneiros, estavam acostumados a lidar com diversas situações dos sertões. Com a chegada de colonos descendentes de outras etnias, mudou o panorama do Irani, a comunidade de caboclos deixou de ser única, os novos moradores, vindos do Rio Grande do Sul se estabeleceram nas proximidades, conhecidas como comunidades".

Ainda, de acordo com Elenita Ribeiro, "o caboclo deixou a marca de uma existência miserável construída historicamente, devido a equívocos sociais cometidos por grupos dominantes, onde a desapropriação do meio de sobrevivência a violência para com os menos favorecidos foi determinante na exclusão da etnia cabocla".

Buscamos nas últimas décadas, levar ao conhecimento dos catarinenses, que algumas interpretações antigas da nossa história, devem ser analisadas, interpretadas. Evidenciando atualmente a força, a garra e dedicação deste povo, que está sempre buscando a autoafirmação, pois ser herdeiros do Contestado é algo para se orgulhar.

### **Conclusão:**

Para finalizar esta defesa, sabemos que o Combate do Irani, ocorrido em 22 de outubro de 1912, marcou o início da Guerra do Contestado, um conflito sangrento que assolou a região entre Santa Catarina e Paraná entre 1912 e 1916. Mais do que um mero confronto militar, o Combate do Irani se tornou um símbolo da resistência popular contra a opressão e a luta por melhores condições de vida, valores que ecoam até hoje na história brasileira.

**Foi o marco Inicial da Guerra do Contestado:** O Combate do Irani deu início à Guerra do Contestado, um dos maiores conflitos armados da história do Brasil, mobilizando milhares de combatentes e ceifando milhares de vidas. O combate evidenciou as tensões sociais e econômicas que ocorriam na região, culminando em um levante popular de proporções épicas no Brasil.

**Se tornou símbolo da Resistência Popular:** O Combate do Irani se tornou um símbolo da resistência popular contra a opressão e a luta por melhores condições de vida. Os caboclos que se rebelaram contra os governos da época, pois eram explorados e marginalizados. O combate representou a recusa em se submeter à exploração e a busca por dignidade e justiça social.

**Foi a demonstração de valentia:** Os envolvidos no Combate do Irani (Soldados e Caboclos) demonstraram enorme valentia ao defenderem suas metas e imposições. A bravura e resistência inspiram as sociedades atuais a defenderem seus ideais.

Portanto, o Combate do Irani foi o ponto culminante da fase inicial da Guerra do Contestado, e se tornou um símbolo da luta dos caboclos por seus direitos e por uma vida digna.

É preciso que se repare a injustiça feita contra essa gente, acusada de tudo de ruim que se possa imaginar. São pessoas que nada mais fizeram do que defender as terras de onde tiravam o sustento de suas famílias. Não eram marginais ou

bandoleiros, mas passaram à história como se tivessem sido. Estamos falando de pessoas cujos descendentes ainda residem no Irani e região. Até porque, precisamos dividir a História da Guerra do Contestado em dois momentos. a Primeira delas, um período de confrontos diretos, mas onde os caboclos estavam nitidamente lutando para defender suas terras. Citamos o Combate do Irani e os dois combates de Taquaruçu. E sabemos que, após este período, a guerra se transforma. Nas palavras de Maurício Vinhas de Queiroz, “A violência policial contra os rebeldes foi tamanha entre maio de 1915 e agosto de 1916”, que o renomado autor denominou esse período como a fase do açougue no Contestado”.

Finalizamos a presente defesa, refletindo sobre a guerra inútil, que não deveria ter acontecido. Mas como nunca sabemos quais serão as consequências de determinadas ações, o que nos resta é buscar valorizar cada momento, cada acontecimento, cada vida envolvida no processo, para que, se pudermos evitar algo parecido, não tenhamos dúvidas em evitá-lo, pois não podemos repetir erros, ainda mais que estão tão presentes em nossa atualidade, tornando oficialmente o nosso município de “Irani O Berço do Contestado”.

### Referências Bibliográficas

1 - [Tratados etc. Argentina, 1889 set. 7, Livro \(lexml.gov.br\)](#)

2 - [Tratados de Fixação de Limites Territoriais | Atlas Histórico do Brasil - FGV](#)

A Arbitragem, na História da política exterior do Brasil: O Sucesso de Rio Branco nas Questões de Palmas e da Guiana Francesa. Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 11, n. 2, ago.-dez., 2018

Amarante, Maria Onilce Ferreira do. A Guerra do Contestado (1912 - 1916): uma descrição sobre o Combate em Irani, S.C, e suas representações folclóricas e artísticas desenvolvidas no município. Concórdia. 2000.

A Noite, do Rio de Janeiro – 20 de setembro a 30 de outubro de 1912.

A República. Jornal. Curitiba. 1912

AURAS, Marli. Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1984.

Cabral, Oswaldo Rodrigues. Santa Catarina: História e Evolução. Companhia Editora Nacional São Paulo. 1937

Diário da Tarde, de Curitiba – 01 de agosto a 31 de dezembro de 1912.

ESPIG, Márcia Janete; PINHEIRO, Machado Paulo. (Org.). A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o Movimento do Contestado. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

FRAGA, Nilson Cesar (Org.). Contestado: o território silenciado. Florianópolis: Insular, 2009.

Jornal Tribuna. Rio de Janeiro. 1914.

Luz, Jucemar Antonio Souza da. Marcas de Uma Guerra Contestada. UNOESC. Joaçaba.2004

MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

MOCELLIN, Renato. Os guerrilheiros do Contestado. São Paulo: Ed. do Brasil, 1989.

O Dia, de Florianópolis – 01 de agosto a 31 de dezembro de 1912.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado – 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Ribeiro, Elenita. Irani Pós-combate Do Contestado (1912-1926). UNC, Concórdia - SC. 2005.

RODRIGUES, José Honório; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Uma história diplomática do Brasil: 1531 – 1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Rodrigues, Rogério Rosa. Organização [et al.].A Guerra Santa do Contestado tintim por tintim / - São Paulo : Letra e Voz, 2023.

THOMÉ, Nilson. Sangue, suor e lágrimas no chão do Contestado: Caçador: Ed. da UNC, 1992.

Zenaro, Margarida Gazzoni. o Folclore do Contestado. Universidade do Contestado - UNC. Irani. 1999